

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S.A. – FERBASA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. – FERBASA (“Ferbasa” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A Ferbasa iniciou suas atividades há 60 anos, em 23 de fevereiro de 1961 e atua de forma sustentável nas áreas de mineração de cromita, de metalurgia na produção de ferroligas, de recursos florestais renováveis e na geração de energia eólica, todas no Estado da Bahia. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivo primordial proporcionar educação de qualidade a crianças e jovens carentes.

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

2. COVID-19 (CORONAVÍRUS)

A Ferbasa iniciou o combate à Covid-19 em março de 2020 com a adoção tempestiva de protocolos médico e sanitário destinados à prevenção da doença em todas as unidades da Companhia. O Escritório Corporativo, localizado na capital baiana, foi fechado e os colaboradores colocados em home office, assim como alguns trabalhadores dos setores administrativos das unidades operacionais. Todos os funcionários classificados pelo Serviço Médico como grupo de risco (pessoas com mais de 60 anos, gestantes e portadores de doenças crônicas previamente identificadas) foram afastados, sem nenhuma perda de salários ou benefícios. Importante destacar que nenhum desligamento de pessoal foi realizado em função da pandemia em 2020.

No decorrer do ano, as inúmeras ações preventivas foram gradativamente ampliadas, orientadas pela equipe médica da Ferbasa e por uma especialista em infectologia contratada para avaliar as medidas adotadas pela empresa. Essa profissional também prestou orientação técnica para a implementação de melhorias contínuas voltadas à proteção das equipes.

Entre as medidas empregadas para salvar vidas, merecem destaque: afastamento preventivo imediato de sintomáticos, aferição de temperatura em ônibus e portarias das unidades; triagem de sintomas; uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes; higienização frequente das áreas administrativas e operacionais com produtos para desinfecção recomendados pelos órgãos de vigilância sanitária; sinalização do distanciamento social mínimo exigido em refeitórios, vestiários, salas de lanches e áreas de grande circulação, com orientações e fiscalização contínua da Patrulha da Saúde; assepsia constante de maçanetas, corrimãos, botoeiras e aparelhos de ar condicionados, veículos e equipamentos de transporte de colaboradores (diretos e indiretos); campanhas informativas; testagem; suspensão de viagens, de reuniões presenciais, eventos e treinamentos; antecipação da campanha de vacinação contra a gripe; disponibilização de aplicativo para acolhimento emocional e implantação de canal de atendimento gratuito direto para o Serviço Médico, com funcionamento 24 horas.

Ao final do período, o balanço foi de 372 colaboradores recuperados da Covid-19 (12% do contingente total), 07 colaboradores ativos (em recuperação), cerca de 4.300 testes aplicados internamente e o lamentável registro de um óbito entre os funcionários da empresa. As atividades produtivas não sofreram impactos significativos decorrentes do avanço da doença nos municípios onde a Ferbasa mantém suas operações. Independente do notado controle dos níveis de contaminação, foi criado um Plano de Estadia Prolongada - PEP, a ser posto em funcionamento se os casos ativos da doença alcançassem um limite de segurança que ameaçasse a manutenção do curso normal das operações.

Além de todas as medidas internas, a Companhia prestou apoio às comunidades através de um Plano de Intervenção Social que realizou investimentos da ordem de R\$1.400 (um milhão e quatrocentos mil reais). As ações incluíram doações de mais de 7.500 cestas básicas com alimentos, itens de higiene pessoal e limpeza; testes da Covid-19, material e equipamentos hospitalares. Também foi realizada a sanitização de áreas públicas dos municípios assistidos, a doação de dois respiradores para o Governo do Estado da Bahia e a participação como cotista na entrega de mais um respirador.

A progressão das ações protetivas visou garantir a manutenção da operação, honrar os compromissos firmados e preservar os empregos nesse momento tão complexo. Para 2021, a expectativa é de continuidade dos esforços dedicados para combater a pandemia e proteger as VIDAS, objetivo mais nobre da Ferbasa.

A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de "impairment" de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

4. MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

5.1. Ativo biológico

O cálculo do valor justo do ativo biológico leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

5.2. Vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 7.6, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

5.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

5.4. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

5.5. Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica, previdência privada, prêmio de aposentadoria e multa de FGTS, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (nota explicativa nº 24).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego – “duration”. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma duration avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

5.6. Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 28).

5.7. Provisão para fechamento de minas e desmobilização

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas e desmobilização como práticas contábeis críticas por envolver valores relevantes de provisão e por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

6.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

6.1.1. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período (nota explicativa nº 6.4).

6.1.2. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado (nota explicativa nº 6.4).

6.1.3. Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “impairment” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado (nota explicativa nº 6.4).

6.1.4. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

6.1.5. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Provisão para risco de crédito) dentro da linha de Despesas com Vendas na Demonstração do Resultado e na linha de provisão para risco de crédito na nota explicativa nº 34 para fins de detalhamento da demonstração do resultado por natureza.

6.1.6. Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de custo amortizado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.3. Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (“hedge”). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge”, no caso da adoção da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”).

A Companhia designa os derivativos como “hedge accounting”, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (“hedge” de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de “hedge” e os itens protegidos por “hedge”, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do “hedge”, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de “hedge” são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por “hedge”.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de “hedge” são liquidados, na linha de “Resultado financeiro” conforme política contábil da Companhia. Quando o “hedge” deixa de cumprir os critérios para “hedge accounting”, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em “Resultado financeiro”.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na nota explicativa nº 26. O valor justo total dos instrumentos derivativos de “hedge” é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por “hedge” é superior a 12 meses.

6.4. Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Mensuração contábil		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	67.756	39.095	90.497	73.721
Aplicações financeiras circulante	Custo amortizado	191.837	100.633	191.837	100.633
Aplicações financeiras não circulante		30.079	2.648	129.076	68.649
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	145.758	88.637	154.729	97.445
Depósitos judiciais	Custo amortizado	43.056	40.748	43.152	40.844
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial circulante (i)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.742	-	1.742
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial não circulante (i)		-	1.594	-	1.594
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	70.944	67.752	73.890	69.298
Empréstimos e financiamentos circulante	Custo amortizado	79.474	46.102	107.594	71.920
Adiantamento de contrato de câmbio - circulante	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25.135	-	25.135	-
Total Empréstimos e financiamentos circulante		104.609	46.102	132.729	71.920
Empréstimos e financiamentos não circulante	Custo amortizado	141.211	140.028	395.930	422.477
Obrigações com aquisição de controlada não circulante	Custo amortizado	4.978	7.262	4.978	7.262
Arrendamentos a pagar circulante	Custo amortizado	20.393	20.504	21.188	21.179
Arrendamentos a pagar não circulante	Custo amortizado	9.811	18.279	19.954	27.217
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial circulante	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	73.080	-	73.080	-
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial não circulante		14.687	-	14.687	-

(i) Nível 2 - Instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

7. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

7.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas notas explicativas nº 10 e nº 11.

7.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de “impairment”, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “impairment” em 31 de dezembro 2020.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

7.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

7.4. Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

7.5. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

7.6. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

7.7. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

7.7.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

7.7.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

7.7.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

7.8. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”.

Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia realizou teste formal de “impairment” na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão. Adicionalmente, não foram identificados indicativos de “impairment” para nenhuma outra empresa da Companhia.

7.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

7.10. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

7.11. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

7.12. Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

7.13. Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

7.14. Benefícios a empregados

7.14.1. Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

7.14.2. Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

7.14.3. Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

7.14.4. Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada, o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa.

7.15. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

7.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

7.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

7.18. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- i. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- ii. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- iii. Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- iv. Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$3.414, corrigido anualmente pelo IGPM.
- v. Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015.
- vi. Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- vii. No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica "Receita líquida de vendas".
- viii. A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

7.19. Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 18.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

8. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS

8.1. Normas vigentes em 2020

As novas normas ou alterações a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2020.

8.1.1. CPC 15 (R1) – Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

8.1.2. CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de “hedge” ou do instrumento de “hedge”. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de “hedge” de taxas de juros.

8.1.3. CPC 26 (R1) e CPC 23 – Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

8.1.4. CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou e esclareceu alguns conceitos e forneceu definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

8.1.5. CPC 06 (R2) – Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

8.2. Normas a entrar em vigor a partir de 2020

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2020:

8.2.1. IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

8.2.2. Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação.
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de commodities e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

9.1. Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às suas atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2021, conforme Relatório Focus emitido em 19 de fevereiro de 2021.

	31/12/2020		Cenário I	
	US\$	R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>				
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	6.300	32.734	5,19	(38)
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	4.837	25.135	5,19	32

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF e travas de exportação), considera-se que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDFs e travas de exportação, quanto no Faturamento indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2021, conforme Relatório Focus emitido em 19 de fevereiro de 2021.

	31/12/2020 - Contratado			Cenário I	
	US\$	R\$	Taxa média ponderada (R\$)	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>					
Instrumento financeiro de proteção cambial(*)					
NDF	115.700	535.835	4,63	5,19	(64.648)
Travas de exportação	24.934	108.903	4,37	5,19	(20.503)

(*) Na análise de sensibilidade acima, a variação cambial do dólar que impacta a parcela contratada como "hedge" cambial, exerce, simultaneamente, um impacto inverso sobre o faturamento de ferroligas e de minério de cromo da Companhia.

9.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPCA, IGPM, CDI e TJLP), o risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. As aplicações financeiras são indexadas ao CDI (taxa pós-fixada com influência de expectativa inflacionária).

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a taxa básica fim de juros para o ano de 2021 de 4,0% ao ano, conforme Relatório Focus de 19 de fevereiro de 2021.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2020 – a.a.	Cenário I Provável
Média taxa básica de juros – (% aa)	2,00	4,00
<u>Controladora</u>		
Saldo de Aplicações Financeiras (notas nº 10 e nº 11)	270.680	283.836
Efeito líquido		13.157
<u>Consolidado</u>		
Saldo de Aplicações Financeiras (notas nº 10 e nº 11)	388.147	405.831
Efeito líquido		17.684

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP fim para o ano de 2021 de 4,39% ao ano e para a CDI, 3,90%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2020 – a.a.	Cenário I Provável
<u>Taxa de juros – TJLP – (% a.a.)</u>	4,55	4,39
<u>Controladora:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	26.935	25.986
Efeito líquido		947
<u>Taxa de juros – TJLP – (% a.a.)</u>		
<u>Consolidado:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	314.727	303.658
Efeito líquido		11.067
<u>Taxa de juros – CDI – (% a.a.)</u>	1,90	3,90
<u>Controladora e Consolidado:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	189.565	200.226
Efeito líquido		(10.660)

9.3. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

9.4. Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano e com liquidação em caixa são os empréstimos e financiamentos, os arrendamentos a pagar. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados nas notas explicativas nº 22 e 23, respectivamente.

9.5. Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2020. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

9.6. Risco de preço de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

9.7. Outros fatores de risco não financeiros

- i. Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.
- ii. Riscos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001.
- iii. Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.
- iv. Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, conseqüentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.
- v. Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.
- vi. Risco de energia elétrica: por sua característica eletro intensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia, juntamente com outras empresas eletro intensivas do Nordeste, assinou prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.

- vii. Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	18.992	6.340	23.263	11.119
Aplicações em CDB (i)	36.348	-	37.524	4.457
Fundos de investimento (ii)	12.416	32.755	29.710	58.145
	<u>67.756</u>	<u>39.095</u>	<u>90.497</u>	<u>73.721</u>

- (i) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), cujas taxas de remuneração situam-se entre 101,0% a 104,7% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (98,5% em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimento, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 95,0% e 120,2% do CDI (entre 98,5% e 101,0% em 31 de dezembro de 2019).

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Fundos de investimentos (i)	191.837	100.633	191.837	100.633
Não circulante:				
Fundos de investimentos (i)	-	2.648	63.491	36.173
Letras financeiras (ii)	20.002	-	32.178	32.476
CDB (iii)	10.077	-	33.407	-
	<u>30.079</u>	<u>2.648</u>	<u>129.076</u>	<u>68.649</u>
	<u>221.916</u>	<u>103.281</u>	<u>320.913</u>	<u>169.282</u>

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração média está entre 121,4% e 185,3% (entre 97,8% e 152,5% em 31 de dezembro de 2019). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços a um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa.
- (ii) Letras financeiras com remuneração de 101,5% e 116% do CDI (entre 97,6% e 118,7% em 31 de dezembro de 2019).

- (iii) Operações em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”), cujas taxas de remuneração situam-se entre 99,0% e 114,0% (98,5% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	113.258	59.932	122.229	68.740
Mercado externo	36.686	32.914	36.686	32.914
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.186)	(4.209)	(4.186)	(4.209)
	<u>145.758</u>	<u>88.637</u>	<u>154.729</u>	<u>97.445</u>

As contas a receber de mercado externo são em dólares norte-americanos (US\$), convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

As contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	138.899	80.595	147.870	89.403
Vencidas de 0-30 dias	6.859	7.994	6.859	7.994
Vencidas de 31-60 dias	-	48	-	48
Vencidas há mais de 60 dias	4.186	4.209	4.186	4.209
PECLD	<u>(4.186)</u>	<u>(4.209)</u>	<u>(4.186)</u>	<u>(4.209)</u>
	<u>145.758</u>	<u>88.637</u>	<u>154.729</u>	<u>97.445</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$4.186 (2019, R\$4.209), considerada suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber, de acordo com análise interna efetuada pela Administração. A seguir a movimentação da PECLD da controlada e do consolidado:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.303)
Reversão de PECLD	<u>94</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.209)
Reversão de PECLD	<u>23</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(4.186)</u>

13. ESTOQUES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização.

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:		
Produtos acabados	125.173	130.329
Matérias-primas	71.142	87.370
Minério de cromo	42.664	74.679
Materiais para manutenção (i)	47.008	43.982
Outros	-	1.997
	<u>285.987</u>	<u>338.357</u>
Não circulante:		
Materiais para manutenção (i)	12.940	6.134
Provisão para obsolescência (ii)	(8.398)	(5.754)
	<u>4.542</u>	<u>380</u>
	<u>290.529</u>	<u>338.737</u>

- (i) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (ii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

14. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
PIS e COFINS a recuperar (i)	13.002	31.429	13.002	31.429
IRPJ e CSLL	11.646	14.860	13.910	16.713
ICMS a recuperar	2.712	3.808	2.712	3.808
Outros	433	426	449	439
	<u>27.793</u>	<u>50.523</u>	<u>30.073</u>	<u>52.389</u>
Não circulante:				
PIS e COFINS a recuperar (i)	160.724	171.275	160.724	171.275
ICMS a recuperar	4.252	5.984	4.252	5.984
Outros	75	65	75	65
	<u>165.051</u>	<u>177.324</u>	<u>165.051</u>	<u>177.324</u>
	<u>192.844</u>	<u>227.847</u>	<u>195.124</u>	<u>229.713</u>

- (i) Em 2019, a Companhia obteve ciência do trânsito em julgado, que tramitou perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja decisão: (a) determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS – regimes cumulativo (Leis Complementares nº 7/70 e 70/91 e alterações posteriores) e não-cumulativo (Leis nº 10.627/2002 e 10.833/03 e alterações posteriores); e (b) reconheceu o direito da Companhia à compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/COFINS sobre a parcela relativa ao ICMS desde maio de 1997, devidamente atualizados.

Para aproveitamento do referido crédito, a Companhia contratou consultoria especializada para apuração dos valores do período envolvido (de 1997 a 2018). Os valores montam a R\$197.104 e foram registrados no resultado do exercício anterior, como segue: i) R\$116.111, na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”, os quais correspondem ao valor histórico do crédito; e ii) R\$80.993, no “Resultado financeiro”, que decorre da atualização monetária do respectivo valor. A Companhia registrou a atualização monetária do crédito, da data do pedido de habilitação até 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$8.282.

15. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	2.000	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	<u>9.856</u>	<u>12.292</u>
	<u>11.856</u>	<u>14.292</u>
Não circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	4.167	6.167
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	<u>826</u>	<u>10.363</u>
	<u>4.993</u>	<u>16.530</u>
	<u><u>16.849</u></u>	<u><u>30.822</u></u>

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para o qual são emitidas, mensalmente, desde 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 8 anos. O valor adiantado corresponde a R\$16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor apropriado ao custo em cada ano foi de R\$2.000.
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletro intensivas do Nordeste até o ano de 2037, que prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 8 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 9 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 01 de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 1º de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$65.000 realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2020, o valor apropriado ao custo foi de R\$12.337 (2019, R\$12.167).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis dos Ativos e Passivos das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Provisão para contingências	(55.464)	(60.553)	(55.464)	(60.553)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(8.398)	(5.754)	(8.398)	(5.754)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(15.657)	(33.508)	(15.657)	(33.508)
Provisão para passivo ambiental	(15.079)	(14.624)	(15.079)	(14.624)
Obrigações trabalhistas e atuariais	(94.928)	(86.723)	(94.928)	(86.723)
“Hedge Accounting”	(87.767)	-	(87.767)	-
Realização da mais-valia	(12.150)	(7.732)	(12.150)	(7.732)
Provisão PECLD	(4.186)	(4.209)	(4.186)	(4.209)
Tributos de exigibilidade suspensa (PIS/COFINS)	(4.151)	(3.766)	(4.151)	(3.766)
Provisão Prejuízos Fiscais	(39.406)	-	(39.406)	-
Outras provisões temporárias	(15.963)	(17.040)	(15.963)	(17.040)
Base de cálculo	<u>(353.149)</u>	<u>(233.909)</u>	<u>(353.149)</u>	<u>(233.909)</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	86.378	55.834	86.378	55.834
CSLL diferida à alíquota de 9%	31.783	21.052	31.783	21.052
IRPJ/CSLL diferidos ativo ^(A)	<u>118.161</u>	<u>76.886</u>	<u>118.161</u>	<u>76.886</u>

(i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.

(ii) A participação nos lucros dos Administradores no montante de R\$7.639 (2019, R\$10.571) é base apenas para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos diferidos passivo</u>				
Ativo imobilizado – “deemed cost”	58.811	58.811	63.385	63.385
Ativos biológicos – “fair value”	68.945	52.242	68.945	52.242
Compra vantajosa	75.143	75.143	75.143	75.143
Receita financeira (Exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	88.875	80.993	88.875	80.993
Instrumentos financeiros de “hedge”	-	3.336	-	3.336
Depreciação acelerada	8.133	8.581	8.134	8.581
Base de cálculo	<u>299.907</u>	<u>279.106</u>	<u>304.482</u>	<u>283.680</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(74.977)	(69.777)	(76.121)	(70.920)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(26.992)	(25.119)	(27.403)	(25.531)
IRPJ/CSLL diferidos passivo ^(B)	<u>(101.969)</u>	<u>(94.896)</u>	<u>(103.524)</u>	<u>(96.451)</u>
IRPJ/CSLL diferidos líquidos ^(A+B)	<u>16.192</u>	<u>(18.010)</u>	<u>14.637</u>	<u>(19.565)</u>

(*) O saldo dos impostos diferidos passivo para o Consolidado referente à Ferbasa é de R\$16.192 e o saldo das subsidiárias registrado nos impostos diferidos ativos é de R\$1.555.

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, acredita que realizará os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL – diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2021	51.095	6.523	51.095	6.523
2022	6.732	624	6.732	624
2023	170	564	170	564
2024	153	504	153	504
2025	137	444	137	444
2026 em diante	59.874	93.310	59.874	94.865
	<u>118.161</u>	<u>101.969</u>	<u>118.161</u>	<u>103.524</u>

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IRPJ/CSLL	71.380	254.275	71.865	255.380
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(24.269)	(86.454)	(24.434)	(86.829)
Juros sobre capital próprio	26.015	30.999	26.015	30.999
Equivalência patrimonial	(5.620)	(2.284)	-	-
Doações	(1.305)	(1.836)	(1.305)	(1.836)
Outros	(2.692)	(5.160)	(8.390)	(8.161)
Incentivo fiscal SUDENE (i)	6.263	31.636	6.263	31.980
	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (i)	6.263	31.636	6.263	31.980
Corrente	(11.083)	(46.451)	(11.326)	(47.543)
Diferido	3.212	(18.284)	3.212	(18.284)
	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>

(i) Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015.
- Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.
- Advindas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

A parcela correspondente aos incentivos de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia transferiu o total de R\$6.933 (2019, R\$33.519) na controladora e R\$6.933 (2019, R\$33.863) no consolidado, os quais correspondem a: (i) SUDENE de R\$6.263 (2019, R\$31.636) da controladora e R\$6.263 (2019, R\$31.980) do consolidado; (ii) redução do imposto de renda em R\$110 (2019, R\$181) na controladora e no consolidado; e (iii) ICMS DESENVOLVE em R\$560 (2019, R\$1.702) na controladora e no consolidado.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	887	1.533	896	1.542
Tributários	42.169	39.215	42.256	39.302
	<u>43.056</u>	<u>40.748</u>	<u>43.152</u>	<u>40.844</u>

Referem-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que são registrados no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

A Companhia obteve ciência do trânsito em julgado que determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja atualização monetária sobre o valor histórico monta em R\$80.993. Sobre esta receita financeira, a Companhia impetrou ação judicial relativa aos tributos incidentes, da ordem de R\$31.304 (sendo R\$27.538 de IRPJ e CSLL e R\$3.766 de PIS e COFINS), e realizou os respectivos recolhimentos via depósitos judiciais.

18. INVESTIMENTOS

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intergrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre essas controladas:

- (i) A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a Japan Metals & Chems - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.
- (ii) A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

- (iii) A Reflorestadora e Agrícola S.A. (“Reflora”) é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997, a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.
- (iv) A Indústria de Minérios Damacal Ltda. (“Damacal”) tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

Adicionalmente, seguem informações sobre sua controlada geradora de energia eólica:

- (v) A BW Guirapá I S.A. é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% do capital social das seguintes sociedades (“Controladas”): Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiú S.A., cujas principais características operacionais estão relacionadas a seguir:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 3º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6	99,98	159,55
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	10,4	99,98	159,55
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	13,4	96,97	154,75
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9	96,97	154,75
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5	96,97	154,75
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2	96,97	154,75
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7	99,98	159,55
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>	<u>78,7</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

- (1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.
- (2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2020.
- (3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2019, o 2º quadriênio foi finalizado em junho de 2020 e o 3º quadriênio teve início em julho de 2020.

As demonstrações financeiras resumidas das controladas estão demonstradas a seguir:

	Participação %	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Participação no patrimônio líquido das controladas	Participação da Companhia (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2019									
Silbasa (i)	51,26	12.671	224	12.447	1.378	(646)	732	6.381	375
Jacurici (ii)	100,00	27.299	1.430	25.869	1.701	(2.049)	(348)	25.869	(348)
Reflora (iii)	99,98	3.382	3	3.379	219	(108)	111	3.379	111
Damacal (iv)	100,00	2.567	261	2.306	123	(40)	83	2.306	83
BW Guirapá (v)	100,00	809.007	334.862	474.145	97.759	(100.278)	(2.519)	546.451	(6.937)(*)
								<u>584.386</u>	<u>(6.716)</u>
31 de dezembro de 2020									
Silbasa	51,26	12.977	150	12.827	1.075	(577)	498	6.575	255
Jacurici	100,00	26.384	1.515	24.869	971	(1.971)	(1.000)	24.869	(1.000)
Reflora	99,98	3.431	1	3.430	137	(85)	52	3.430	52
Damacal	100,00	2.609	260	2.349	75	(32)	43	2.349	43
BW Guirapá	100,00	799.517	336.833	462.684	84.287	(95.748)	(11.461)	530.572	(15.879)(*)
								<u>567.795</u>	<u>(16.529)</u>

(*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo na aquisição da BW Guirapá e sua respectiva realização do montante líquido de R\$67.888 e R\$4.418 (2019, R\$72.306 e R\$4.418).

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	BW Guirapá	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2018	6.095	26.575	3.268	2.223	553.388	78	591.627
Equivalência patrimonial:							
Resultado do exercício	375	(348)	111	83	(2.519)	-	(2.298)
Dividendos	(89)	(358)	-	-	-	-	(447)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(4.418)	-	(4.418)
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>6.381</u>	<u>25.869</u>	<u>3.379</u>	<u>2.306</u>	<u>546.451</u>	<u>78</u>	<u>584.464</u>
Equivalência patrimonial:							
Resultado do exercício	255	(1.000)	52	43	(11.461)	-	(12.111)
Dividendos	(61)	-	-	(1)	-	-	(62)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(4.418)	-	(4.418)
Saldos 31 de dezembro de 2020	<u>6.575</u>	<u>24.869</u>	<u>3.431</u>	<u>2.348</u>	<u>530.572</u>	<u>78</u>	<u>567.873</u>

19. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571
Terrenos	26.357	26.357	32.127	32.127
Edificações	154.905	152.756	298.120	298.544
Máquinas e equipamentos	272.463	277.526	876.071	919.239
Veículos e tratores	2.420	4.456	2.420	4.456
Móveis e utensílios	3.343	3.813	3.460	3.910
Informática	4.135	1.925	4.189	1.979
Desenvolvimento de minas (ii)	65.812	65.586	65.812	65.586
Em andamento e outros (iii)	34.901	57.689	47.166	70.387
Total imobilizado e intangível (19.1)	<u>679.755</u>	<u>705.527</u>	<u>1.444.936</u>	<u>1.511.799</u>
Direito de uso – arrendamento (19.2)	<u>30.531</u>	<u>39.573</u>	<u>42.003</u>	<u>49.552</u>
	<u>710.286</u>	<u>745.100</u>	<u>1.486.939</u>	<u>1.561.351</u>

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

- (iii) Entre os projetos em andamento, destaca-se a policlínica NOVAMED, modelo já adotado por outras empresas, que prestará atendimento médico ambulatorial exclusivo aos colaboradores e dependentes vinculados ao Plano de Saúde contratado pela Companhia. Essa medida objetiva criar condições que propiciem a redução da sinistralidade e a consequente diminuição dos custos, com vistas a garantir a sustentabilidade do Plano de Saúde. Por meio de convênio, a NOVAMED também prestará atendimento aos funcionários da Fundação José Carvalho, que mantém contrato com a mesma operadora de saúde contratada pela FERBASA. Ressaltamos que cada empresa arcará com seus respectivos custos. Outro projeto relevante em andamento é a Reforma de Fornos. O objetivo do projeto é agir de forma preventiva e consiste na reforma dos fornos da empresa devido ao seu tempo de uso, bem como por questões de segurança visando evitar desmoronamentos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear (Consolidado):

	<u>Média vida útil (anos)</u>
<u>Imobilizado</u>	
Máquinas e equipamentos	21
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5
<u>Direito de uso em arrendamento</u>	
Direito de uso máquinas e equipamentos	4
Direito de uso terreno	29
Direito de uso edificações	5

19.1. Imobilizado e intangível

	Controladora								Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas		
<u>Custo</u>										
Saldo em 31/12/2018	115.419	26.357	203.332	588.618	73.511	12.219	10.431	98.270	60.977	1.189.134
Adições e transferências	-	-	10.990	43.255	1.188	301	660	10.734	21.712	88.840
Baixas e reclassificações	-	-	-	-	-	-	(131)	-	(172)	(303)
Saldo em 31/12/2019	115.419	26.357	214.322	631.873	74.699	12.520	10.960	109.004	82.517	1.277.671
Saldo em 31/12/2019	115.419	26.357	214.322	631.873	74.699	12.520	10.960	109.004	82.517	1.277.671
Adições e transferências	-	-	10.597	33.750	183	544	3.594	5.396	(20.336)	33.728
Baixas e reclassificações	-	-	-	(327)	(363)	(5)	-	-	-	(695)
Reinvestimento(*)	-	-	-	(1.679)	-	-	-	-	-	(1.679)
Saldo em 31/12/2020	115.419	26.357	224.919	663.617	74.519	13.059	14.554	114.400	62.181	1.309.025
Saldo em 31/12/2018			(53.663)	(320.267)	(67.477)	(8.252)	(8.419)	(39.503)	(21.473)	(519.054)
Despesa de depreciação e exaustão			(7.903)	(34.261)	(2.766)	(455)	(747)	(3.915)	(3.355)	(53.402)
Baixas e reclassificações			-	181	-	-	131	-	-	312
Saldo em 31/12/2019			(61.566)	(354.347)	(70.243)	(8.707)	(9.035)	(43.418)	(24.828)	(572.144)
Saldo em 31/12/2019			(61.566)	(354.347)	(70.243)	(8.707)	(9.035)	(43.418)	(24.828)	(572.144)
Despesa de depreciação e exaustão			(8.448)	(38.437)	(2.214)	(1.010)	(1.384)	(5.170)	(2.452)	(59.115)
Baixas e reclassificações			-	1.521	358	1	-	-	-	1.880
Amortização Reinvestimento			-	109	-	-	-	-	-	109
Saldo em 31/12/2020			(70.014)	(391.154)	(72.099)	(9.716)	(10.419)	(48.588)	(27.280)	(629.270)
<u>Saldos líquidos em</u>										
31/12/2019	115.419	26.357	152.756	277.526	4.456	3.813	1.925	65.586	57.689	705.527
31/12/2020	115.419	26.357	154.905	272.463	2.420	3.343	4.135	65.812	34.901	679.755

(*) Refere-se ao benefício fiscal de imposto de renda (reinvestimento) para aquisição de ativo imobilizado. A reserva de incentivo fiscal somente poderá ser constituída efetivamente após a realização do bem (depreciação).

	Consolidado									
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
<u>Custo</u>										
Saldo em 31/12/2018	115.571	32.127	361.445	1.308.181	82.298	12.344	10.667	98.270	74.991	2.095.894
Adições e transferências	-	-	10.990	44.084	1.188	337	708	10.734	21.739	89.780
Baixas e reclassificações	-	-	-	(1.236)	-	-	(131)	-	(223)	(1.590)
Saldo em 31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>372.435</u>	<u>1.351.029</u>	<u>83.486</u>	<u>12.681</u>	<u>11.244</u>	<u>109.004</u>	<u>96.507</u>	<u>2.184.084</u>
Saldo em 31/12/2019	115.571	32.127	372.435	1.351.029	83.486	12.681	11.244	109.004	96.507	2.184.084
Adições e transferências	-	-	10.597	35.148	183	576	3.614	5.396	(17.728)	37.786
Baixas e reclassificações	-	-	-	1.940	(363)	(5)	-	-	(2.318)	(746)
Reinvestimento(*)				(1.679)						(1.679)
Saldo em 31/12/2020	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>383.032</u>	<u>1.386.438</u>	<u>83.306</u>	<u>13.252</u>	<u>14.858</u>	<u>114.400</u>	<u>76.461</u>	<u>2.219.445</u>
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>										
Saldo em 31/12/2018			(63.467)	(355.726)	(76.264)	(8.316)	(8.649)	(39.503)	(22.011)	(573.936)
Despesa de depreciação e exaustão			(10.839)	(71.412)	(2.766)	(455)	(795)	(3.915)	(4.109)	(94.291)
Baixas e reclassificações				181			179			360
Realização mais-valia			415	(4.833)	-	-	-	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2019			<u>(73.891)</u>	<u>(431.790)</u>	<u>(79.030)</u>	<u>(8.771)</u>	<u>(9.265)</u>	<u>(43.418)</u>	<u>(26.120)</u>	<u>(672.285)</u>
Saldo em 31/12/2019			(73.891)	(431.790)	(79.030)	(8.771)	(9.265)	(43.418)	(26.120)	(672.285)
Despesa de depreciação e exaustão			(11.435)	(75.375)	(2.214)	(1.022)	(1.405)	(5.170)	(3.175)	(99.796)
Baixas e reclassificações			-	1.522	358	1	-	-	-	1.881
Amortização Reinvestimento				109						109
Realização mais-valia			414	(4.833)	-	-	1	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2020			<u>(84.912)</u>	<u>(510.367)</u>	<u>(80.886)</u>	<u>(9.792)</u>	<u>(10.669)</u>	<u>(48.588)</u>	<u>(29.295)</u>	<u>(774.509)</u>
Saldos líquidos em 31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>298.544</u>	<u>919.239</u>	<u>4.456</u>	<u>3.910</u>	<u>1.979</u>	<u>65.586</u>	<u>70.387</u>	<u>1.511.799</u>
31/12/2020	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>298.120</u>	<u>876.071</u>	<u>2.420</u>	<u>3.460</u>	<u>4.189</u>	<u>65.812</u>	<u>47.166</u>	<u>1.444.936</u>

(*) Refere-se ao benefício fiscal de imposto de renda (reinvestimento) para aquisição de ativo imobilizado. A reserva de incentivo fiscal somente poderá ser constituída efetivamente após a realização do bem (depreciação).

19.2. Direito de uso em arrendamento

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensuração	370	370	(155)	3	218
Custo em 31/12/2019	<u>55.387</u>	<u>55.387</u>	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>65.707</u>
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Custo em 31/12/2020	<u>71.155</u>	<u>71.155</u>	<u>12.153</u>	<u>186</u>	<u>83.494</u>
<u>Depreciação</u>					
Depreciação em 31/12/2019	(15.814)	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Adições no exercício	(24.810)	(24.810)	(490)	(36)	(25.336)
Depreciação em 31/12/2020	<u>(40.624)</u>	<u>(40.624)</u>	<u>(799)</u>	<u>(68)</u>	<u>(41.491)</u>
Saldo líquido em 31/12/2019	39.573	39.573	9.857	122	49.552
Saldo líquido em 31/12/2020	30.531	30.531	11.354	118	42.003

Os montantes reconhecidos de adições e remensuração no montante individual de R\$15.768 (2019, R\$28.373) e consolidado de R\$17.787 (2019, R\$31.216) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$3.133 (2019, R\$2.930) foi apropriado no custo do estoque.

20. ATIVO BIOLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que, por sua vez, é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas localizam-se na Bahia.

A movimentação do saldo dos ativos biológicos e o efeito líquido da variação do valor justo no resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	185.160	199.408
Plantios e manutenção	15.184	26.477
Exaustão (*)	(53.333)	(82.708)
Variação de valor justo	<u>46.211</u>	<u>41.983</u>
No final do exercício	<u>193.222</u>	<u>185.160</u>

- (*) No exercício de 2020 a exaustão do ativo biológico foi de R\$53.333 (2019, R\$82.708), sendo (i) R\$23.825 (2019, R\$35.990) referente ao custo histórico; (ii) R\$29.508 (2019, R\$42.559) do valor justo pela venda/consumo. Adicionalmente, para 31 de dezembro de 2019, houve transferência do valor justo para o estoque no montante de R\$4.159. E em 31 de dezembro de 2020, houve a realização do valor justo do estoque no montante de R\$2.461.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do custo histórico é de R\$124.278 (2019, R\$132.918).

As florestas em formação com menos de 2 (dois) anos são mantidas ao custo histórico em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período o custo histórico da floresta em formação se aproxima do valor justo.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 (sete) anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira, além dos meios de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do segmento de recursos florestais da Companhia.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Área de efetivo plantio (hectare)	25.504	25.700
Incremento médio anual (IMA) – m ³ /hectare ano	33,28	31,85
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	765,00	570,00
Taxa de desconto deflacionada - %	4,84%	4,67%

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13 / CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

A Companhia possui 17.168 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O montante total dessa linha de crédito disponível para a Companhia é de R\$40.493. No exercício de 2018, foram liberados R\$2.500 desta linha. Nos exercícios de 2019 e de 2020 não houve demais liberações.

21. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica	15.997	15.424	15.997	15.424
Matéria-prima e insumos	38.035	34.778	38.035	34.778
Outros fornecedores	16.912	17.550	19.858	19.096
	<u>70.944</u>	<u>67.752</u>	<u>73.890</u>	<u>69.298</u>

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Financiamentos (i)	79.474	46.102	79.474	46.102
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	28.575	26.269
ACC (iii)	25.135	-	25.135	-
	<u>104.609</u>	<u>46.102</u>	<u>133.184</u>	<u>72.371</u>
Custo de captação	-	-	(455)	(451)
Total do circulante	<u>104.609</u>	<u>46.102</u>	<u>132.729</u>	<u>71.920</u>
Não circulante:				
Financiamentos (i)	141.211	140.028	141.211	140.028
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	259.217	287.407
	<u>141.211</u>	<u>140.028</u>	<u>400.428</u>	<u>427.435</u>
Custo de captação	-	-	(4.498)	(4.958)
Total do não circulante	<u>141.211</u>	<u>140.028</u>	<u>395.930</u>	<u>422.477</u>
Total	<u>245.820</u>	<u>186.130</u>	<u>528.659</u>	<u>494.397</u>

(i) Capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimento na área florestal e para aquisição de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.

(ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

(iii) Refere-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante de U\$4.750 de principal e U\$86 de juros, totalizando U\$4.836 com vencimento para março de 2021.

O quadro abaixo demonstra as principais características das dívidas da Companhia e de suas controladas:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária	4.779	4.779
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	22.156	22.156
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii)	-	287.792
				Subtotal TJLP (nota explicativa nº 4.3)	26.935	314.727
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	110.349	110.349
NCE	2021	CDI + 1,90%	Anual	Histórico de Exportação	27.599	27.599
CCB	2024	CDI + 3,58%	Anual	Clean	51.617	51.617
				Subtotal CDI (nota explicativa nº 4.3)	189.565	189.565
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	4.185	4.185
ACC	2021	Variação Cambial + 3,12%	Anual	Histórico de Exportação	25.135	25.135
				Subtotal demais financiamentos	29.320	29.320
				Subtotal	245.820	533.612
				(-) Custo de captação	-	(4.953)
				Total	245.820	528.659

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.162	396.815
Captação	137.000	137.000
Juros e variações monetárias provisionados	6.203	34.291
Amortização custo de captação	-	456
Juros pagos	(4.098)	(31.225)
Amortização de principal	(17.137)	(42.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	186.130	494.397
Captação	188.626	188.626
Juros e variações monetárias provisionados	11.304	33.533
Amortização custo de captação	-	457
Juros pagos	(9.802)	(32.095)
Amortização de principal	(130.438)	(156.259)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	245.820	528.659

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	45.835	71.201
2023	43.502	68.868
2024	42.697	68.063
2025	9.177	34.543
2026 em diante	-	153.255
Total	141.211	395.930

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Ferbasa atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento (Finame) em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

23. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensurações	370	370	(155)	3	218
Pagamentos	(17.160)	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Realização AVP	556	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	<u>38.783</u>	<u>38.783</u>	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>48.396</u>
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Pagamentos	(25.979)	(25.979)	(752)	(37)	(26.768)
Realização AVP	1.632	1.632	91	4	1.727
Saldo em 31/12/2020	<u>30.204</u>	<u>30.204</u>	<u>10.817</u>	<u>121</u>	<u>41.142</u>
Circulante	20.393				21.188
Não circulante	9.811				19.954

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	8.361	9.141
2023	1.450	2.175
2024	-	663
2025 a 2029	-	3.076
2030 a 2034	-	2.594
2035 a 2039	-	1.768
2040 a 2044	-	468
2045 em diante	-	69
Total	<u>9.811</u>	<u>19.954</u>

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa não foram destacados os créditos de impostos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Nominal		Ajustado a valor presente		Nominal		Ajustado a valor presente	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação	29.951	41.628	30.204	38.783	46.222	58.625	41.142	48.396
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.770	3.851	2.794	3.587	4.276	5.423	3.806	4.477

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ATUARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Salários e encargos	11.592	9.906	11.830	9.937
Provisões trabalhistas e encargos	20.144	18.828	20.318	18.828
Participações nos lucros (i)	15.657	33.508	15.657	33.508
	<u>47.393</u>	<u>62.242</u>	<u>47.805</u>	<u>62.273</u>
Não circulante:				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	94.928	86.723	94.928	86.723
	<u>142.321</u>	<u>148.965</u>	<u>142.733</u>	<u>148.996</u>

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro do exercício seja destinado até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados e até 10% (dez por cento) do saldo resultante para participação dos administradores. Conforme nota explicativa nº 34, no exercício de 2020, a Companhia provisionou participações de administradores e empregados, nos montantes de R\$7.639 (R\$10.571 em 31 de dezembro de 2019) e R\$8.018 (R\$22.937 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebam salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um pagamento único ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Adicionalmente, a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial, desde que sejam cumpridas as exigências legais estabelecidas para tal. Nesse caso, as condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano.

A Companhia constituiu provisão de benefício pós-emprego referente à multa do FGTS quando da aposentadoria para os empregados expostos a riscos nocivos (aposentadoria especial), optantes pelo FGTS, desligados ao seu pedido, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento. Estes aposentados especiais farão jus ao benefício como se fossem desligados, desde que o tempo de serviço seja superior a 5 ou 8 anos, a depender da localidade em que trabalham.

- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais (controladora e consolidada):

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio aposentadoria e multa FGTS	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	69.126	17.597	86.723
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	9.786	1.852	11.638
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(1.560)	(1.138)	(2.698)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(3.451)	2.716	(735)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	<u>73.901</u>	<u>21.027</u>	<u>94.928</u>

- (b) A seguir os ganhos e perdas atuariais no exercício sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(4.141)	(1.180)	(5.321)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	5.140	200	5.340
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	2.452	(1.736)	716
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	<u>3.451</u>	<u>2.716</u>	<u>735</u>

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria em relação ao cenário base (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde		Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	
	Passivo	Impacto	Passivo	Impacto
Cenário base	73.901		21.027	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade	76.265	3,20%	21.055	0,13%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas de mortalidade	71.809	(2,83%)	20.996	(0,15%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	82.978	12,28%	21.798	3,67%
Taxas de juros real – incremento de 0,50% a.a.	66.178	(10,45%)	20.309	(3,41%)
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	55.885	(24,38%)	-	-
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	93.571	26,62%	-	-

(d) Premissas atuariais

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa esperada de inflação - % a.a.	3,75	4,00
Taxa real de desconto – Plano de Previdência - % a.a.	3,03	2,96
Taxa real de desconto – Custeio plano de saúde - % a.a.	3,80	3,46
Taxa real de desconto – Prêmio de aposentadoria - % a.a.	2,75	2,77
Taxa real de desconto – Multa FGTS - % a.a.	2,77	2,80
Taxa de rotatividade - % a.a.	5,00	6,00
Crescimento real de salários - % a.a.	0,50	0,50
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	55,00	55,00
Elegibilidade à aposentadoria	65 normal 25,20 e 15 especial	65 normal 25,20 e 15 especial

25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	90	366
IPI	992	354	992	354
ICMS	6.655	1.675	6.661	1.675
IRRF a recolher	2.608	2.443	2.798	2.566
PIS e COFINS	3.766	4.147	4.111	4.502
Outros	717	1.293	831	1.324
	14.738	9.912	15.483	10.787
Não circulante:				
PIS e COFINS	-	-	87	87
	14.738	9.912	15.570	10.874

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROTEÇÃO CAMBIAL (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar norte-americano (US\$) a termo (NDF), Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e travas de exportação, conforme mencionado nas notas explicativas nº 6.4 e nº 22, para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas, tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, conforme política interna, aprovada pela Administração. A metodologia de determinação do valor das NDF é feita pela marcação a mercado utilizando taxas referenciais da B3.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As informações sobre as operações com derivativos e não derivativos designados e não designados para “hedge accounting” (“hedge” de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de “hedge” derivativo				Objeto de “hedge”
Vencimentos	Operação	Notional (US\$)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Operação
1º trimestre de 2021	NDF	39.300	(31.982)	Vendas futuras
2º trimestre de 2021	NDF	36.400	(21.138)	Vendas futuras
3º trimestre de 2021	NDF	34.000	(15.396)	Vendas futuras
4º trimestre de 2021	NDF	8.000	3.202	Vendas futuras
		<u>117.700</u>	<u>(65.314)</u>	
4º trimestre de 2021	Travas de exportação	7.710	(7.766)	Vendas futuras
1º trimestre de 2022	Travas de exportação	17.224	(14.687)	Vendas futuras
		24.934	(22.453)	
	Subtotal	<u>142.634</u>	<u>(87.767)</u>	
Instrumento de “hedge” não derivativo				Objeto de “hedge”
Vencimentos	Operação	Principal	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Operação
1º trimestre de 2021	ACC	4.750	(780)	Adiantamento de contrato de câmbio exportação
	Total	<u>147.384</u>	<u>(88.547)</u>	

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o montante total de R\$91.883 (2019, R\$21.751) que foi considerado efetivo para fins de “hedge accounting”, no patrimônio líquido. No último trimestre de 2020, a Companhia revisitou as premissas das operações de travas de exportação e concluiu que para os exercícios de 2020 e 2019 não houve parcela considerada como não efetiva.

No exercício, foram liquidados contratos de “hedge”, cujas perdas líquidas foram reconhecidas no resultado, no montante de R\$184.747 (2019, ganho líquido de R\$26.132). As oscilações na taxa de câmbio impactam o faturamento de ferroligas e de minério de cromo e afetam, também, a parcela deste faturamento contratada com “hedge” cambial. A prática de “hedge” cambial está contemplada em nossa Política de Risco Financeiro e tem como objetivo mitigar o impacto da volatilidade cambial sobre o resultado da Companhia.

As informações sobre as operações com derivativos designados e não designados para “hedge accounting” (“hedge” de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de “hedge”			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Objeto de “hedge”
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)		Operação
1º trimestre de 2020	NDF	42.500	(3.667)	Vendas futuras
2º trimestre de 2020	NDF	48.200	(94)	Vendas futuras
3º trimestre de 2020	NDF	38.800	393	Vendas futuras
4º trimestre de 2020	NDF	30.700	5.111	Vendas futuras
1º trimestre de 2021	NDF	6.000	1.197	Vendas futuras
2º trimestre de 2021	NDF	2.000	396	Vendas futuras
		<u>168.200</u>	<u>3.336</u>	

A seguir a movimentação de “hedge” durante o exercício de 2020 e 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2018 (ativo)	25.087
Movimentação “hedge”	<u>(21.751)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.336
Movimentação “hedge”	<u>(91.883)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (passivo)	<u>88.547</u>
Passivo circulante	73.860
Passivo não circulante	14.687

27. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa de longo prazo do tesouro direto descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

As movimentações dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
No início do exercício	-	-	579	1.656
Baixas	-	-	(579)	(1.077)
Total circulante	-	-	-	579
<u>Não circulante</u>				
No início do exercício	15.395	12.293	22.889	21.134
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(62)	(941)	(62)	(941)
Baixas	(1.236)	(734)	(1.236)	(2.081)
Atualização monetária, AVP e outras	1.257	4.777	1.257	4.777
Total não circulante	15.354	15.395	22.848	22.889
Total	15.354	15.395	22.848	23.468

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributária / Administrativa	46.098	52.248
Trabalhistas	5.727	5.160
Cíveis	3.639	3.145
	55.464	60.553

28.1. Processos provisionados e com risco de perda provável

	31/12/2020	31/12/2019
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	6.167	6.003
PIS e COFINS (ii)	12.385	12.053
Tarifas CDE e TUST (iii)	23.335	30.613
Outros	4.211	3.579
Trabalhistas (iv)	5.727	5.160
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.983	1.611
BW Guirapá (vi)	1.309	1.309
Outros	347	225
	55.464	60.553

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada, em julho de 2007, pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração – ANM) para, no bojo dos processos administrativos 971.135/2006 e 971.137/2006, quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, que na soma dos autos de infração, totaliza R\$80.801 (valor declarado pela ANM dos débitos em outubro de 2018, atualizado para 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$106.044). Superada a fase administrativa sem êxito, a Companhia ingressou com medida cautelar judicial - preparatória para ação principal anulatória dos respectivos autos de infração - através da qual apresentou seguro garantia da parcela controvertida. A ANM, nas primeiras manifestações do processo, reconheceu parcialmente o direito da Companhia por conta da prescrição, reduzindo o valor exigido pelo débito de CFEM para R\$39.146. Ainda assim, a Companhia entende, com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$6.167 (2019, R\$6.003) para cobrir a parcela do questionamento, acreditando ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$12.385 (2019, R\$12.053) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (iii) A Companhia participa de ações ajuizadas pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). A Companhia realizou provisão de R\$19.192 (2019, R\$19.192) referente à CDE. Com relação à TUST, em novembro de 2019 foi proferida sentença na respectiva demanda judicial, a qual determinou a revogação da liminar que excluía a parcela de remuneração da base da TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, e que foi objeto de recurso pela ABRACE. Com a revogação da liminar, em julho de 2020, a ANEEL reinseriu o custo de capital próprio e está realizando a cobrança ao longo dos próximos 3 ciclos (2020 a 2023). Com base no cálculo individualizado por empresa realizada pela ABRACE, a Companhia realizou a adequação da provisão e está promovendo o estorno mensal na medida em que os pagamentos vêm sendo realizados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém provisionado, referente à TUST, o montante de R\$4.143 (2019, R\$11.421).

- (iv) **Trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), ou ações coletivas que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). Além disso, a Companhia possui contra si ações coletivas, propostas pelo Ministério Público do Trabalho, sendo estas: (a) a Ação Civil Pública que questiona suposta irregularidade na terceirização de atividades de Silvicultura e pede a condenação da Reclamada por danos morais coletivos; e (b) a Ação Civil Pública que busca imputar à Companhia a responsabilidade pela ocorrência de um acidente fatal com seu ex-funcionário, reivindicando o cumprimento de obrigações de fazer, além de pagamento de danos morais coletivos. São ao todo 157 processos em 31 de dezembro de 2020 (2019, 163) e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte - é de R\$5.727 (2019, R\$5.160).
- (v) **Desconstituição de escritura de terra:** A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$1.983 (2019, R\$1.611) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) **Na aquisição da BW Guirapá** a Companhia registrou provisão no montante de R\$1.309 referente a processos de indenização por danos relativos à implantação dos parques eólicos.

A seguir a movimentação das provisões:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.044	42.369	3.032	51.445
Novos processos/complementos	3	11.451	113	11.567
Reversões	(887)	(2.585)	-	(3.472)
Atualizações monetárias	-	1.013	-	1.013
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.160	52.248	3.145	60.553
Novos processos/complementos	567	3.518	494	4.579
Reversões	-	(10.164)	-	(10.164)
Atualizações monetárias	-	496	-	496
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>5.727</u>	<u>46.098</u>	<u>3.639</u>	<u>55.464</u>

28.2. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

	<u>Possível</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributária / Administrativa	27.078	22.152
Trabalhistas	578	344
Cíveis	374	468
	<u>28.030</u>	<u>22.964</u>

- **Tributária/Administrativa:**
 - Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, sendo em grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$14.370 (2019, R\$11.832).
 - PIS e COFINS: No caso das autuações relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2004 e 2006, o risco possível totaliza R\$12.061 (2019, R\$9.795).
 - A Prefeitura Municipal de Queimadas autuou por irregularidade nos seus processos minerários e a Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$647 (2019, R\$525).
- **Trabalhistas:** A Companhia possui processos movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) ou ações coletivas, para os quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que a perda é possível, sendo que para esses processos, o risco estimado é R\$578 (2019, R\$344).

Cíveis: A Companhia possui ações indenizatórias por danos morais e possessórias contra si ajuizadas, cujo risco é considerado possível por seus assessores jurídicos. Em que pese os pleitos processuais apontem valores totais de causas relevantes, a Companhia, com apoio em seus assessores jurídicos, considera que o risco possível totalizando R\$374 (2019, R\$468). Adicionalmente, o processo classificado como risco possível que tramita em segredo de justiça perante a vara cível de Pojuca, Bahia, ajuizado em 27 de abril de 2016, tem valor da causa atribuído em R\$147.172 em 31 de dezembro de 2020, porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

29. CONTA RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Conta ressarcimento - CCEE	19.335	3.343
<u>Não circulante</u>		
Conta ressarcimento - CCEE	12.247	5.447
	<u>31.582</u>	<u>8.790</u>

Em regime de autorização, o Complexo Eólico BW Guirapá tem toda a sua produção contratada por um prazo de vinte anos com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 (“LER 2011”) no ambiente regulado. As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018 e o segundo quadriênio teve início em julho de 2018.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadrienais encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública No 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019.

30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Resultado				
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Outras (receitas)/ despesas operacionais (iii)	Contas a receber de clientes (ii)	Outros fornecedores (iii)
Controladora:					
Fundação José Carvalho	-	73	8.680	14	6
Controladas:					
BW Guirapá S.A.	-	-	(452)	-	-
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-
Parte relacionada:					
Marubeni Corporation (iv)	-	240.925	-	4.204	-
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>1.296</u>	<u>240.998</u>	<u>8.228</u>	<u>4.218</u>	<u>6</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	1.296	234.792	9.179	20.778	829

(i) Refere-se à arrendamento das operações das Companhias controladas.

(ii) Refere-se à receita e contas a receber por venda de ligas (FeSi75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.

(iii) Refere-se à: (a) contratos para fornecimentos de refeições e laticínios para a Companhia; (b) Termo de Cooperação e Parceria para a reserva e garantia de matrículas em escolas da Fundação José Carvalho para dependentes dos funcionários da Companhia que residam nos municípios das sedes escolares (Pojuca, Catu e Andorinhas); (c) Convênio para formação sócio-educativo-esportiva, de crianças de 8 a 14 anos, estudantes de ensino público, visando o desenvolvimento da aprendizagem e da prática esportiva; (d) Termo de Cooperação e Parceria para implantação do Memorial José Carvalho cujo objetivo é preservação da memória, do patrimônio cultural, do acervo existente, da residência do fundador em vida, além de sediar o programa permanente de cultura organizacional; (e) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW.

- (iv) A Maurubeni Corporation tem participação na Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") em conjunto com a Ferbasa e Japan Metals & Chems - JMC.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

30.1. Remuneração da Administração

Aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração global	21.768	24.050	25.207	26.962
Encargos previdenciários	2.670	2.529	3.004	3.110
	<u>24.438</u>	<u>26.579</u>	<u>28.211</u>	<u>30.072</u>

A Companhia e suas controladas não possuem pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possuem planos de remuneração baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo, além do divulgado na nota explicativa nº 24.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, totaliza R\$1.225.444 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), sendo que o capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
Fundação José Carvalho	29.086.696	15.416.000	29.086.696	15.416.000
Trígono capital	400	2.450.000	400	716.300
Dimensional Funds	-	1.231.482	-	1.915.827
Outros acionistas	312.904	36.599.218	312.904	37.648.573
Ações em tesouraria	40.000	3.183.300	40.000	3.183.300
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

31.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações adquiridas através de programa de recompra de ações. As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada em momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	3.183.300	40.000
Cotação na B3 - R\$/ação	19,11	31,30	20,01	33,32
Custo médio de aquisição - R\$/ação	8,07	0,06	8,07	0,06

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

31.3. Reservas de lucros

- (a) A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- (b) As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração) e ICMS DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal do saldo devedor do imposto sobre circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício e não poderão ser distribuídas a acionistas. A reserva referente à SUDENE contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.
- (c) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. No exercício de 2020, os dividendos prescritos no montante de R\$2.049 foram revertidos à conta de reserva de lucros conforme Lei 6.404/76.

31.4. Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo atribuído terras controladora (i)	58.811	58.811	63.385	63.385
Custo atribuído terras controladas (i)	3.019	3.019	3.019	3.019
Ajustes instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26)	(88.547)	3.336	(88.547)	3.336
Ajustes de obrigações atuariais (nota explicativa nº 24)	(30.299)	(31.034)	(30.299)	(31.034)
Impostos diferidos	20.411	(10.579)	18.855	(12.134)
	<u>(36.605)</u>	<u>23.553</u>	<u>(33.857)</u>	<u>26.572</u>

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

31.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá no montante de R\$49.595 no exercício de 2018.

31.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, foram aprovados, no exercício, as seguintes distribuições de dividendos complementares e juros sobre capital próprio, brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), respectivamente:

Descrição	Data da aprovação	Valor	Valor por ação (em R\$)	
			Ordinária	Preferencial
Juros sobre capital próprio		<u>76.516</u>		
	28/08/2020	13.690	0,1509931411	0,1660924552
	26/11/2020	44.310	0,4887148344	0,5375863178
	22/12/2020	18.516	0,2042212565	0,2246433821

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
(=) Lucro líquido do exercício	69.772	221.176
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(3.489)	(11.059)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	(6.933)	(33.519)
(=) Lucro base ajustado para distribuição	59.350	176.598
Juros sobre capital próprio distribuído do lucro base ajustado		
Ações ordinárias – R\$0,6546 (31/12/2019 - R\$1,0056) por ação	19.245	29.564
Ações preferenciais – R\$0,7201 (31/12/2019 - R\$1,1062) por ação	40.105	61.609
Total	59.350	91.173
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	100%	52%
Juros sobre capital próprio distribuído por reserva de lucro		
Ações ordinárias - R\$0,1893 por ação	5.566	-
Ações preferenciais - R\$0,2083 por ação	11.600	-
	17.166	-
Juros sobre capital próprio / Dividendos adicionais propostos		
Ações ordinárias (31/12/2019 - R\$0,2205 por ação)	-	6.485
Ações preferenciais (31/12/2019 - R\$0,2426 por ação)	-	13.515
	-	20.000
(=) Total Juros sobre capital próprio / Dividendo deliberados	76.516	111.173

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

32. LUCRO POR AÇÃO

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	69.772	221.176
<u>Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador)</u>		
Lucro das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	22.625	71.720
Às ações preferenciais	47.147	149.456
<u>Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador)</u>		
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	29.400.000	29.400.000
Preferenciais emitidas	55.696.700	55.696.700
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$):		
Ações ordinárias	0,7695	2,4394
Ações preferenciais	0,8465	2,6834

(*) A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

33. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	811.049	842.532	897.634	941.000
Mercado externo	<u>920.218</u>	<u>553.979</u>	<u>920.218</u>	<u>553.979</u>
	<u>1.731.267</u>	<u>1.396.511</u>	<u>1.817.852</u>	<u>1.494.979</u>
Deduções de vendas:				
Devoluções e abatimentos	(14.194)	(16.065)	(14.194)	(16.065)
Impostos sobre vendas	<u>(177.632)</u>	<u>(194.713)</u>	<u>(181.639)</u>	<u>(199.364)</u>
	<u>(191.826)</u>	<u>(210.778)</u>	<u>(195.833)</u>	<u>(215.429)</u>
	<u>1.539.441</u>	<u>1.185.733</u>	<u>1.622.019</u>	<u>1.279.550</u>

34. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos (i)	(1.159.463)	(1.002.315)	(1.224.333)	(1.063.051)
Despesas com vendas	(20.139)	(13.693)	(20.139)	(13.693)
Despesas gerais e administrativas	(69.374)	(67.582)	(72.853)	(74.402)
Participação nos lucros dos funcionários	(8.018)	(22.937)	(8.018)	(22.937)
Remuneração da Administração	(24.438)	(26.579)	(28.211)	(30.072)
Total despesas gerais e administrativas	(101.830)	(117.098)	(109.082)	(127.411)
Outras receitas (despesas) (iii)	(30.789)	66.108	(35.779)	61.864
	<u>(1.312.221)</u>	<u>(1.066.998)</u>	<u>(1.389.333)</u>	<u>(1.142.291)</u>

A seguir a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(666.839)	(490.465)	(671.436)	(497.542)
Despesas com pessoal (ii)	(297.537)	(304.762)	(305.339)	(311.868)
Despesas depreciação e exaustão	(136.586)	(144.835)	(177.793)	(186.065)
Despesas com prestação de serviços	(99.577)	(98.930)	(115.282)	(101.271)
Despesas com manutenção e reparos	(60.097)	(58.971)	(62.848)	(72.266)
Combustíveis e lubrificantes	(15.419)	(14.854)	(15.479)	(14.854)
Custo da capacidade ociosa	(5.377)	(20.289)	(5.377)	(20.289)
Outras receitas (despesas)	(30.789)	66.108	(35.779)	61.864
	<u>(1.312.221)</u>	<u>(1.066.998)</u>	<u>(1.389.333)</u>	<u>(1.142.291)</u>

(i) Os custos dos produtos vendidos incluem:

- a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como nas minerações.
- b) A Companhia importa coque metalúrgico ("met coke") reativo ("commodity" disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso e Andorinha) e a metalurgia (Pojuca - BA), por modal ferroviário.
- d) No consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção, etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$65.802 (2019, R\$61.758).

(ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

(iii) A seguir a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	(8.940)	(8.742)	(8.940)	(8.742)
Outros impostos e contribuições	(2.881)	(6.804)	(3.530)	(6.804)
Responsabilidade social e empresarial	(11.516)	(11.870)	(11.559)	(11.870)
Consultorias e pesquisas (a)	(4.651)	(14.040)	(4.694)	(14.040)
Penalidade (b)	-	-	(2.130)	(424)
Recuperação de créditos fiscais (c)	-	116.111	-	116.111
Outras despesas	(2.801)	(8.547)	(4.926)	(12.367)
	<u>(30.789)</u>	<u>66.108</u>	<u>(35.779)</u>	<u>61.864</u>

(a) A variação do saldo de consultorias e pesquisas pode ser explicada pois, em 31/12/2019, houve contratação de serviços geológicos de sondagem rotativa com vistas à pesquisa mineral, além dos serviços advocatícios e consultoria tributária referentes ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS reconhecido em 2019.

(b) Vide nota explicativa nº 29.

(c) Vide nota explicativa nº 14.

35. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.833	14.090	8.438	19.267
Variação cambial	34.744	11.373	34.744	11.389
Atualização (exclusão ICMS base PIS/COFINS)	8.282	80.993	8.282	80.993
Outras receitas financeiras	3.206	2.750	3.271	2.936
	<u>52.065</u>	<u>109.206</u>	<u>54.735</u>	<u>114.585</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial	(37.887)	(14.667)	(37.887)	(15.688)
Atualização provisão fechamento das minas	(1.719)	(3.836)	(1.719)	(3.836)
Juros incorridos	(11.514)	(15.266)	(33.722)	(42.859)
Outras despesas financeiras	(1.720)	(1.296)	(3.692)	(2.196)
	<u>(52.840)</u>	<u>(35.065)</u>	<u>(77.020)</u>	<u>(64.579)</u>
<u>Instrumento financeiro de "hedge"</u>				
Variação no "hedge" ativa	11.955	28.575	11.955	28.575
Variação no "hedge" passiva	(196.702)	(2.443)	(196.702)	(2.443)
	<u>(184.747)</u>	<u>26.132</u>	<u>(184.747)</u>	<u>26.132</u>
	<u>(185.522)</u>	<u>100.273</u>	<u>(207.032)</u>	<u>76.138</u>

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados a seguir:

Segmento de ferroligas - envolve as operações de ferroligas de cromo alto carbono, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo, de silício 75 especial e o silício 75 “standard”.

- Segmento energia eólica – envolve as operações da subsidiária BW Guirapá.
- Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

		Consolidado							
		Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Vendas líquidas</u>									
Mercado interno		596.347	591.495	82.698	93.937	37.111	51.918	716.156	737.350
Mercado externo		<u>839.881</u>	<u>517.532</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.982</u>	<u>24.668</u>	<u>905.863</u>	<u>542.200</u>
		1.436.228	1.109.027	82.698	93.937	103.093	76.586	1.622.019	1.279.550
Custo dos produtos vendidos		(1.024.676)	(863.350)	(65.802)	(61.758)	(133.855)	(137.943)	(1.224.333)	(1.063.051)
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-	-	-	46.211	41.983	46.211	41.983
Lucro bruto		<u>411.552</u>	<u>245.677</u>	<u>16.896</u>	<u>32.179</u>	<u>15.449</u>	<u>(19.374)</u>	<u>443.897</u>	<u>258.482</u>
Despesas operacionais		<u>(148.564)</u>	<u>(67.031)</u>	<u>(5.772)</u>	<u>(7.960)</u>	<u>(10.664)</u>	<u>(4.249)</u>	<u>(165.000)</u>	<u>(79.240)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>262.988</u>	<u>178.646</u>	<u>11.124</u>	<u>24.219</u>	<u>4.785</u>	<u>(23.623)</u>	<u>278.897</u>	<u>179.242</u>
<u>Vendas de produtos (toneladas)</u>									
Mercado interno		112.878	125.230					112.878	125.230
Mercado externo		<u>155.185</u>	<u>97.426</u>					<u>155.185</u>	<u>97.426</u>
		<u>268.063</u>	<u>222.656</u>					<u>268.063</u>	<u>222.656</u>

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos, responsabilidade civil, empresarial, seguro garantia e de riscos operacionais de geração de energia eólica, em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$86.990 (2019, R\$24.206) na controladora e R\$949.241 (2019, R\$882.503) no consolidado.

38. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho (perda) com passivo atuarial	24	735	(10.395)	735	(10.395)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa provisão fechamento de mina	27	(62)	(941)	(62)	(941)
Dividendos / Juros sobre capital próprio declarados no exercício	31.6	32.826	5.223	32.826	5.308
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	19.2, 23	15.768	55.387	17.788	63.191
Depreciação Direito de uso apropriada ao custo do estoque	19.2	3.133	2.930	3.133	2.930
Exaustão apropriada ao custo do estoque	20	(2.461)	4.159	(2.461)	4.159

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 12 de janeiro de 2021, a Ferbasa firmou Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com a AES Tiete Energia S/A e no dia 25 de fevereiro de 2021 foi realizada a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“PPA”) para aquisição de um volume de 80MW médios de energia, pelo prazo de 20 (vinte) anos e com início de fornecimento a partir de 2024.

A Companhia informa, ainda, que a aquisição do citado volume não representa aumento de capacidade produtiva, refletindo sua estratégia de garantia do suprimento de energia no longo prazo e busca constante pela competitividade de seus produtos.

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio
Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 61263/O - O-T-BA